

As Oficinas da História



Edições Colibri

•
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

REVISITAR A HISTÓRIA RURAL

Margarida Sobral Neto

1. Proponho-me apresentar nesta breve comunicação alguns marcos da historiografia rural do século XX.

História rural é o estudo das paisagens e das sociedades rurais ao longo do tempo. Trata-se de um campo muito vasto que tem sido subdividido em sectores específicos: a organização do espaço, produção, produtividade e técnicas agrícolas, campo da denominada História agrária; os enquadramentos institucionais da vida nos campos, decorrentes fundamentalmente da organização senhorial e concelhia; a organização e as dinâmicas da economia rural; as estruturas, relações sociais, poderes e comportamentos das comunidades rurais; e, finalmente, as manifestações de cultura, mentalidades e religião. Apesar das subdivisões provenientes das exigências da investigação, a história rural nasceu neste século integrada num projecto de história total, projecto que nunca abandonou nem poderá abandonar, dado que no mundo rural existiu sempre uma contínua interacção entre componentes técnicas, económicas, sociais, políticas e culturais.

A história rural é um campo do conhecimento incontornável, de forma muito particular até ao século XIX. Com efeito, a terra, os rios e as florestas constituíram a principal fonte de subsistências, rendimentos e riquezas de quase todos os grupos sociais e instituições na época moderna. Rendimentos fundiários foram a base de sustentação de casas senhoriais nobres e eclesiásticas, de instituições de cultura, ensino e assistência. A posse de prédios rústicos constituiu uma condição para o exercício de determinadas actividades, como a dos contratadores de rendas, bem como uma garantia para a obtenção de capitais.

De notar ainda que a ligação à terra tinha uma forte dimensão social. A propriedade fundiária vinculada – os morgadios – foi condi-

ção de sobrevivência e reprodução de muitas famílias da nobreza. Bens rústicos integraram dotes de casamento e de acesso às carreiras eclesiásticas. A partir de finais do séc. XVI, rendimentos fundiários pagaram missas e legados pios, tornando-se possibilidade de salvação e base material dos testamentos, “dos passaportes para a eternidade”.

A fruição de receitas fundiárias revestia-se ainda de uma forte dimensão cultural e simbólica: a terra era símbolo de prestígio social e de poder.

2. Num tempo em que o debate centrado no problema da construção do novo paradigma que qualificam de pós-moderno caminha em areias movediças e mostrando muitos sinais de desorientação, sinto-me reconfortada e segura quando, numa visão retrospectiva, observo o saber construído nas oficinas da História, e em particular nas da história rural, ao longo do século XX.

Marc Bloch, figura tutelar da História rural, publicou em 1931 a obra modelar deste ramo do saber intitulada *Caracteres Originais da História Rural Francesa*¹. No prefácio deste livro, escrito em Estrasburgo em 10 de Julho de 1930, o autor enunciou os princípios teóricos e metodológicos que deviam conduzir a investigação no domínio da história rural.

A elaboração de um bom questionário era para este investigador a primeira tarefa do trabalho histórico. Dotado de profundos conhecimentos de história, geografia e sociologia, considerava imprescindível para a formulação de uma problemática adequada a colaboração entre cientistas de diversas áreas.

Propunha, em seguida, a análise transversal dos problemas da história rural, o que implicava quebrar fronteiras cronológicas e temáticas. Neste contexto defendia o método regressivo, método que permitia ir do melhor conhecido para o menos conhecido, seguindo etapa após etapa, e uma perspectiva totalisante de compreensão da realidade histórica. Nenhum estudo da vida rural pode deixar na sombra “a evolução da estrutura social, tão estreitamente ligada à evolução propriamente agrária”, e não pode portanto ignorar o senhorio, as classes sociais ou “as vicissitudes do grupo familiar”, afirmava.

¹ Bloch, Marc, *Les caractères originaux de l'Histoire Rurale Française*; Paris: Armand Colin, 1931; Idem, *La Historia rural francesa*, Barcelona: Editorial Crítica, 1978 (tradução espanhola da obra *Les caractères originaux de L'Histoire Rurale Française*, que integra os suplementos compilados por Robert Dauvergne a partir dos trabalhos que o autor realizou entre 1931 e 1944).

O espaço de análise mais adequado para os estudos rurais era para Marc Bloch a região, metodologia que permitia elaborar as monografias locais, “pedras basilares da construção histórica”. Considerava, porém, recorrendo a uma metáfora, que “o microscópio é uma maravilhoso instrumento de investigação, porém um montão de cortes microscópios não constituem uma obra de ciência”. Para identificar o particular e o geral advogava assim a articulação do local, com o regional, o nacional e o transnacional.

Marc Bloch foi um acérrimo defensor e praticante do método comparativo. Partindo, no entanto, do pressuposto de que só se pode comparar aquilo que é comparável, o que é construído com fontes, metodologias, instrumentos teóricos comparáveis, este autor considerava que “a investigação devia ser realizada segundo directrizes comuns por estudiosos de todos os países”. A prática deste método implicava também a substituição de um “vocabulário de impressões” por um vocabulário “racional”, isto é, um aparelho conceptual rigoroso e codificado.

Dentro do meu objectivo de revisitar a história rural, considere oportuno lembrar estes princípios enunciados por Marc Bloch, porque os considero linhas de orientação fundamental de uma investigação histórica cientificamente conduzida.

Marc Bloch, apesar das vicissitudes da sua trágica vida, deixou várias materializações dos princípios pelos quais propugnava em obras e artigos publicados em várias revistas, nomeadamente na que criou juntamente com Lucien Febvre, em 1929, na Universidade de Estrasburgo, a revista *Annales d'Histoire économique et sociale*.

3. Entre o final da segunda guerra mundial e os inícios da década de 70, a história rural consolidou-se, registando avanços consideráveis.

Em França, nos anos que vão de 1945 a 1975, conhecidos a nível historiográfico como “trente glorieuses”, produziram-se vários estudos, entre eles teses regionais² inspiradas nas obras de Marc Bloch, Labrousse³ e Meuvret⁴. Estes dois historiadores criaram modelos

² Goubert, Pierre, *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730. Contribution à l'histoire de la France du XVII^e siècle*. Paris: S.E.V.P.E.N., 1960. Idem, “Sociétés rurales françaises du 18 siècle”, em *Clio parmi les hommes*, Paris, 1976; Baehrel, R., *Une croissance. La Basse Provence rurale*, Paris: S.E.V.P.E.N., 1961; Vilar, Pierre, *La Catalogne dans l'Espagne moderne*, Paris: S.E.V.P.E.N., 1962; Le Roy Ladurie, E., *Paysans de Languedoc*, Paris: S.E.V.P.E.N., 1966.

³ Labrousse, Ernest, *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII^e siècle*, Paris: Dalloz, 1932; Idem, *La crise économique de l'économie fran-*

explicativos das sociedades de Antigo Regime articulando economia e sociedade (Labrousse) e economia e população (Meuvret). A construção destes modelos foi suportada por um grande investimento teórico proveniente fundamentalmente da área da economia e da demografia.

Por sua vez, Le Roy Ladurie et Joseph le Goy deram um importante contributo para a compreensão dos fenómenos conjunturais através do estudo evolução da produção agrícola tomando como indicadores os dízimos⁵. A apreensão dos ritmos económicos permitiu a compreensão das reacções sociais nos campos, em particular dos movimentos camponeses⁶.

Referência fundamental neste período é Fernand Braudel, autor que ao reconfigurar a articulação entre espaços e tempos criou um modelo de compreensão da evolução histórica que assume particulares virtualidades explicativas para os espaços e sociedades rurais⁷

No plano metodológico há que destacar a utilização de vastos núcleos de fontes seriais (registos paroquiais, notariais, fiscais, preços, salários e dízimos) e a criação de uma metodologia quantitativa adequada ao tratamento dos dados provenientes dos documentos. As fontes e metodologias utilizadas permitiram o conhecimento de aspectos estruturais e das dinâmicas conjunturais das sociedades de Antigo Regime⁸.

A vitalidade da historiografia francesa repercutiu-se na historiografia de outros países.

çaise à la fin de l'Ancien Régime et au début de la révolution, Paris: PUF, 1944.

⁴ Meuvret, J., "Les crises de subsistance et la démographie d'Ancien Régime", *Population*, 1946; Idem, *Le Problème des subsistances à l'époque de Louis XIV*, Paris-LaHaye: Mouton, 1977.

⁵ Goy, Joseph; Ladurie, Emmanuel Le Roy, *Les fluctuations du produit de la dîme. Conjoncture décimale et domaniale de la fin du Moyen Age au XVIIIe siècle*, 2 volumes, Paris-Haia, Mouton, 1972.

⁶ Mousnier, R., *Fureurs paysannes. Les paysans dans les révoltes du XVII siècle (France, Russie, Chine)*, Paris, 1967; Ladurie, Emmanuel Le Roy, "Un cas de methodologie de l'histoire rurale: Les grandes monographies des révoltes et des contestations rurales en France de 1675 à 1788", in *Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. III, Santiago de Compostela, 1975, pp. 33-50.

⁷ Braudel, Fernand, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris: Armand Colin, 1949.

⁸ Abel, Wilhelm, *Crises agraires en Europe, XIIIe-XXe siècle*, Paris, 1973; ANES, Gonzalo, *Las Crisis Agrarias en la España Moderna*. Madrid: Taurus Ediciones, 1974.

Na Galiza, Eiras Roel promovia, em 1973, a realização do *I Colóquio de Metodologia Histórica Aplicada*⁹ que reuniu especialistas dos campos mais inovadores da investigação histórica do tempo. O mesmo historiador orientava então investigações em História Rural articuladas com as de Demografia Histórica, das quais resultaram várias monografias locais e regionais¹⁰.

Em Portugal, a conjuntura política não fora favorável à realização de estudos de história económica até 1974. Neste contexto, em 1955 Magalhães Godinho apresentava à Sorbonne a sua obra *Prix et Monnaies*¹¹, estudo de história económica, mas esclarecendo a história rural devido ao importante contributo trazido para o conhecimento da evolução dos preços dos produtos agrícolas, bem como da dinâmica económica do Antigo Regime português. Por sua vez, o historiador francês Albert Silbert realizava um estudo de História agrária comparada, escolhendo para o efeito as regiões da Beira Baixa e do Alentejo¹².

Aurélio de Oliveira, na linha de uma nova história rural da época moderna iniciada por Silbert, escolheu como objecto de análise a abadia beneditina de Tibães, estudando este senhorio numa perspectiva económica e social e trazendo um inovador contributo para o estudo da evolução da produção agrícola na região de Entre Douro e Minho¹³.

Na década de 70, Luís Ferrand de Almeida e Aurélio de Oliveira

⁹ *Metodologia de la Historia Moderna, Actas de las I jornadas de metodologia aplicada de las ciencias historicas*, Santiago de Compostela, 1975.

¹⁰ Eiras Roel, Antonio, "Evolución del producto decimal en Galicia a finales del Antiguo Régimen: Primeras series diezmales", in *Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Historicas*, volume III, Santiago de Compostela, 1975. Eiras Roel, Antonio, "Agricultura y Poblacion en la Galicia Moderna (S. XVI-XVII)", em *II.ªs Jornadas de Historia de Galicia*, Servicio de Publicacions da Diputacion Provincial de Ourense, s.d.; BARREIRO Mallón, Baudilio, *La Jurisdicción de Xallas en el siglo XVIII. Población, Sociedad y Economía*. Santiago de Compostela, Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1978; Perez Garcia, Jose Manuel, *Un modelo de sociedad rural de Antiguo régimen en la Galicia costera*, Santiago de Compostela, 1979.

¹¹ Godinho, Vitorino Magalhães, *Prix et monnaies au Portugal 1750-1850*, Paris, 1955; Idem, *Introdução à História Económica*, Lisboa, s.d..

¹² Silbert, Albert, *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime. XVIII-Début du XIX siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*, 3 vols., 2.ª edição, INIC, Lisboa, 1978.

¹³ Oliveira, Aurélio de, *A Abadia de Tibães e o seu Domínio (1630-1680)*. Estudo Social e Económico, Porto, 1974; Idem, *A Abadia de Tibães, 1630/80-1813. Propriedade, exploração e produção agrícola no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*, tese de doutoramento policopiada, 2 vols, Porto, 1979.

promoveram a história rural ao introduzirem em seminários de licenciatura e de mestrado os estudos de senhorios¹⁴.

A investigação histórica na área da história rural realizada até à década de setenta do século XX permitiu também a realização de algumas sínteses. Slicher van Bath¹⁵, em 1959, publicou a sua obra sobre a História Agrária da Europa Ocidental. Por sua vez, em 1962, Witold Kula elaborava um modelo interpretativo da economia feudal¹⁶. No mesmo ano Oliveira Marques publicava a *Introdução à História da Agricultura em Portugal*¹⁷. Em Inglaterra sob a direcção de Joan Thirsk editava-se *The Agrarian History of England*¹⁸.

Em França, em 1975, foi publicada a obra *Histoire de la France Rurale*¹⁹ sob a direcção de Duby e Wallon. O II volume desta obra abarca o longo período que vai de 1330 a 1789. Os seus autores, Hugues Neveux, Jean Jacquart e Le Roy Ladurie, reputados especialistas da história rural, apresentam-nos uma visão globalizante do mundo rural percorrendo os campos da história agrária tradicional (formas de campos e técnicas agrícolas), da história económica (rendimentos camponeses e crescimento agrícola), da história social (a comunidade aldeã, as hierarquias sociais, os comportamentos, a violência e as resistências camponesas) e da história da cultura, mentalidades e religião. O antigo regime francês é-nos, assim, apresentado numa visão globalizante na sua organização estrutural e na sua dinâmica conjuntural. Esta obra encerrou um ciclo da história rural francesa.

¹⁴ Fonseca, Helder A., "O senhorio de S. Marcos e a comunidade rural de Vale de Azares no séc. XVIII", *Revista Portuguesa de História*, tomo XIX, Coimbra, 1981, pp.183-270; Seabra, Maria Judite, *Alvorge. Uma comunidade rural no séc. XVIII*, Coimbra, 1989; MAIA, Fernanda Paula Sousa, *O Mosteiro de Bustelo: Propriedade e Produção Agrícola no Antigo Regime (1638-1670 e 1710-1821)*. Porto: Universidade Portucalense, 1991; Mota, Salvador Magalhães, *O Mosteiro de Santa Maria de Bouro. Propriedades e Rendas (1655-1775)*, tese de mestrado policopiada, Porto, 1989.

¹⁵ Bath, B.H. Slicher van, *Historia agraria de Europa occidental, 500-1850*, tradução espanhola, 2.ª edição, Barcelona, 1978.

¹⁶ *Teoria Económica do Sistema Feudal*, Lisboa: Editorial Presença, 1979.

¹⁷ Marques, A. H. de Oliveira, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, 2.ª ed, Lisboa, 1968.

¹⁸ Cambridge, tomo IV(1640-1750), 1967.

¹⁹ Duby, Georges; Wallon, Armand, *Histoire de la France Rurale*, vol. II (1340-1789); vol. III (1789-1914). Paris: Éditions du Seuil, 1976.

4. A partir de meados da década de 70, a história rural em França deixou de ser um tema central de investigação, ao mesmo tempo que alguns historiadores se demarcavam de orientações seguidas nos três primeiros quartéis do século. Para esta mudança concorreu um decréscimo de adesão à história económica e à história quantitativa. A história rural deixou de ser atractiva para alguns investigadores mais jovens como para o público em geral devido em grande parte ao desaparecimento progressivo dos camponeses, fenómeno associado a um processo de urbanização acelerado.

A partir da década de 70, a história das sociedades camponesas, como aconteceu com outros sectores, fragmentou-se em temáticas, assumindo uma dimensão mais social, sendo agora muito influenciada pela sociologia e sobretudo pela antropologia. Os estudos que atraíram mais investigadores foram: a violência²⁰ os movimentos de contestação, a religião popular, a alfabetização, os sistemas de heranças e as estruturas familiares, a sociabilidade²¹.

Alguns destes temas foram tratados no âmbito de estudos de comunidades rurais numa perspectiva social englobante, como foram as realizadas no âmbito de uma nova “História local”. Em muitas destas obras o grande investimento centrou-se no estudo da sociedade, surgindo muitas vezes a economia rural como contextualização ou como análise necessária à compreensão de determinadas estratégias sociais, caso de algumas obras de história local e de micro-história²².

A um decréscimo de interesse pelo mundo rural contrapunha-se um crescimento de estudos de história urbana. O estudo das cidades, em particular das políticas de abastecimento e do problema do consumo vieram, entretanto, contribuir para que se reequacionassem algumas questões relativas ao mundo rural, nomeadamente os condicionamentos da produção agrícola decorrentes do consumo urbano, bem como as relações de interdependência entre cidade e campo²³.

²⁰ Muchembled, Robert, *La violence au village. Sociabilité et comportements populaires en Artois du XV au XVIII siècle*, Brepols, 1989; Castan, Nicole, *Les criminels du languedoc. L'exigence d'ordre et les voies de ressentiment dans une société pré-revolutionnaire (1750-1790)*, Université de Toulouse le Mirail, 1980.

²¹ Jacquart, Jean, “Les grandes étapes historiographiques”, *Histoire et Sociétés Rurales*, nº3, 1995, p.19-24

²² Levy, Giovanni, *Le pouvoir au village*, Paris, Gallimard, 1985; Carvalho, Joaquim Ramos, *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720)*, Coimbra, 1997.

²³ Oliveira, António de, *A Vida Económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, 2 volumes, Coimbra, 1971; Silva, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*, Porto, 1986; Soares, Sérgio Cunha,

Para bem da ciência, alguns historiadores continuaram a linha seguida anteriormente, consolidando o conhecimento ao nível das estruturas agrárias e das flutuações conjunturais. Prosseguiram também a realização de monografias regionais, bem como a investigação em temas tradicionais da história agrária, destacando-se neste sector a historiografia espanhola. Em 1981 realizava-se em Madrid, Segóvia e Toledo um Congresso de História Rural. Por sua vez, no ano seguinte tinha lugar em Santiago de Compostela o II Colóquio de Metodologia Histórica Aplicada, onde se revelaram as potencialidades da documentação notarial para o conhecimento da economia e das sociedades rurais²⁴.

Em Portugal, a investigação em história rural desenvolvia-se com particular intensidade na época medieval produzindo-se estudos de referência como o de Maria Helena da Cruz Coelho sobre a região do Baixo Mondego²⁵. Ao mesmo tempo, o conhecimento do mundo rural moderno brotava de trabalhos de seminário, teses de mestrado e doutoramento, bem como de artigos publicados em revistas²⁶. Romero Magalhães elaborava um estudo de história económica e social regional revelando componentes significativas da ruralidade algarvia dos séculos XVII e XVIII. Nos inícios da década de 90 eu própria e, em Lisboa, José Manuel Tengarrinha apresentávamos os resultados das nossas investigações em história rural analisando lutas camponesas e movimentos de contestação anti-senhorial no contexto de Antigo Regime²⁷. Rui Santos analisava o problema do crescimento e das cri-

O Município de Coimbra da restauração ao Pombalismo. Poder e poderosos. Coimbra, Faculdade de Letras, 1995. 2 vols.

²⁴ *La Documentación Notarial y la Historia. Actas del II Coloquio de Metodologia Histórica Aplicada*, Santiago de Compostela, 1984, 2 vols; *Congreso de Historia Rural, siglos XV al XIX*, Universidade Complutense de Madrid, 1984.

²⁵ *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, Coimbra, 1983.

²⁶ Oliveira, Aurélio de, "A renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (Séculos XVII-XVIII). Alguns aspectos e problemas", *Revista de História Económica e Social*, n.º 6, Julho-Dezembro de 1980, p. 1-56; Durães, Margarida, "Herdeiros e não herdeiros: Nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta", em *Revista de História Económica e Social*, n.º 21, Set-Dez. de 1987, pp. 47-56; Almeida, Luís Ferrand de, "Sobre a introdução e a difusão do milho mais em Portugal", *Revista Portuguesa de História*, t. XXVII, Coimbra, 1992, p. 103-143.

²⁷ Tengarrinha, José, *Movimentos Populares Agrários em Portugal*, vol. II (1808-1825). Lisboa: Publicações Europa-América, 1994; Neto, Margarida Sobral, *Terra e Conflito. Região de Coimbra, 1700-1834*, Viseu: Palimage, 1997.

ses agrárias na região de Évora²⁸. Por sua vez, João Nunes Oliveira produzia dois sólidos estudos sobre a população e economia da região da Beira Alta²⁹.

5. A década de noventa do séc. XX veio trazer um renovado fôlego à História rural expresso na criação de associações de estudos rurais, na realização de colóquios bem como no relançamento das investigações em história económica e social dos campos. Uma das expressões de renovação dos estudos rurais foi a constituição, em França, em 1993, da Sociedade de *Histoire des Sociétés Rurales*. Esta associação tem revitalizado os estudos de história rural numa perspectiva transdisciplinar, nomeadamente através da realização de colóquios anuais subordinados a temas específicos.

Para este aumento de procura e de visibilidade da história rural convergiram vários factores. Um deles decorre da necessidade de afirmação de um ramo de saber com uma sólida tradição no contexto europeu, tendo como objecto um sector da realidade que é incontornável. Com efeito, o mundo rural e os camponeses têm um peso enorme na História da Europa.

Para além das motivações estritamente académicas, intervieram outras articuladas com os grandes problemas do nosso tempo: a globalização, que coloca na ordem do dia a questão dos modelos de desenvolvimento alternativos; a grave crise ecológica que interpela a forma como as sociedades se têm relacionado com a natureza; a necessidade de reequacionar o problemas das identidades; as novas utilizações do espaço rural decorrentes, por exemplo, do turismo.

Os historiadores da história rural consideraram que podiam contribuir para a debate de todos estes problemas já que o passado é um vasto e heterogéneo campo de experiências e de experiências que podem ser reinventadas. Neste contexto intensificaram-se os estudos de história ecológica ou de história do meio ambiente, disciplinas que tem por objecto o estudo das relações entre a natureza e a actividade humana em todos os seus aspectos, ramo de saber que se enraíza-se na história rural, em particular na história agrária³⁰. Estes estudos regis-

²⁸ Santos, Rui, *Celeiro de Portugal Algum Dia. Crescimento e Crises Agrárias na Região de Évora*. Lisboa, tese de doutoramento policopiada, 1995.

²⁹ Oliveira, João Nunes de, *A produção agrícola de Viseu entre 1550 e 1700*, Viseu, 1990; Idem, *A Beira Alta, 1700-1840. População e subsistências*, tese de doutoramento policopiada, Coimbra, 1994.

³⁰ Micheline Cariño, "Historia ecologica: una nueva síntesis en el marco de la historia global", in *Historia A Debate*, Santiago de Compostela, 2000, p. 129-141.

tam um particular desenvolvimento nos Estados Unidos, Inglaterra, Suíça, na Holanda e na América Latina, tendo expressão em algumas revistas como a *Environmental Review*.

O desenvolvimento da história rural em França está também fortemente associado ao problema da construção das identidades. Esta questão, e em particular a percepção de que as novas gerações ignoravam as suas raízes culturais rurais, levou Gabriel Audisio em 1993, a escrever uma obra de síntese sobre os camponeses do século XV ao XIX, apresentando-a como um guia de introdução ao conhecimento no Antigo Mundo Rural³¹.

Em França, a História Rural está neste momento “no coração da actualidade”(Jean- Luc Laffont). Com efeito, o tema escolhido para a obtenção do CAPES e da agregação em História Moderna, nos anos 1998-1999 e 1999-2000, foi “A terra e os camponeses em França e na Grã-Bretanha dos começos do século XVII ao século XVIII”³². Este facto teve como consequência a publicação de várias obras de síntese destinadas a preparar os candidatos a professores do ensino secundário ou os que já estão integrados na carreira e pretendem efectivar-se.

6. Como acontece em outros campos científicos, a história rural passa, neste momento, por uma transição paradigmática. Com efeito, regista-se uma demarcação do paradigma antigo que era suportado pela ideia de que o caminho “perfeito” em termos de evolução da agricultura era o inglês, modelo que constituía, aliás, referência para qualificar, por norma, de atrasados os processos rurais de outros países. Deste paradigma, estruturado no século XVIII, brotavam também as ideias de camponês atrasado, avesso à inovação, arreigado a práticas impeditivas do progresso.

Abandonada a crença num caminho único de progresso, os historiadores estão agora mais receptivos para captar as diversidades de um mundo que por natureza é diverso e para descobrir as virtualidades do que pode ser considerado simultaneamente pré e pós-moderno (Boaventura de Sousa Santos).

³¹ *Des Paysans, XV-XIX siècle*, Paris: Armand Colin, 1993.

³² Poussou, Jean Pierre, *La Terre et les paysans en France et en Grande-Bretagne aux XVII et XVIII siècles*, Paris: CNED-SEDES, 1999.